

Veículo: *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

Data: Março/2004.

Visões do futuro

Fernando Henrique Cardoso

Na sexta-feira passada o *Herald Tribune* publicou um artigo de Thomas Friedman sobre uma visita que ele fez à Índia para verificar as conseqüências do *outsourcing*, isto é, a tendência das grandes corporações internacionais de se abastecerem não apenas de matérias primas, mas de produtos, de partes dos insumos industriais e, mais recentemente, de mão de obra especializada que elas atraem de fora do seus países de origem. Neste último caso, na China, na Índia e em alguns países do Leste Europeu.

O debate está quente. Uma declaração politicamente desafortunada do principal assessor econômico da Casa Branca, Gregory Mankiw, dizendo que a longo prazo é saudável continuar exportando empregos, causou um terremoto. O referido assessor teme que para defender os empregos os EEUU aumentem as barreiras protecionistas e tomem toda uma série de medidas que amortecem os efeitos dinâmicos das inovações tecnológicas, que são essenciais em um sistema de produção capitalista.

Enquanto as inovações ocorriam no terreno das manufaturas e afetavam a mão-de-obra menos especializada, as transferências de produção para países periféricos pareciam aceitáveis, apesar das reclamações constantes dos sindicatos. Em um primeiro momento, um país como o México, depois do Nafta, beneficiou-se delas. Depois, a competição com a China começou a levar de lá centenas de empresas norte-americanas. Agora chegou a vez dos serviços pagarem o preço das inovações modernizadoras, com repercussões sobre a mão-de-obra mais qualificada. Os programadores de computação, os *call centers*, os semicondutores, o uso crescente da internet, tudo leva à dispersão produtiva. O custo da mão de obra qualificada nas regiões asiáticas é um incentivo irresistível para que os dirigentes das multinacionais, competindo entre si ferozmente para baixar custos, desloquem para o exterior partes dos serviços e das manufaturas, quando não plantas industriais inteiras. A inquietação cresce. Basta ler o artigo de Steve Lohr no NYT, do dia

23 passado sobre a “Nova economia”.

Pois bem, Thomas Friedman voltou da Índia dizendo que na nova encarnação gostaria de ser demagogo. Como não é, tinha que reconhecer com objetividade, depois de visitar vários centros de serviços ligados às multinacionais, que, exceto a mão de obra, tudo o mais era importado dos Estados Unidos. Não haveria razão, portanto, para tanta lamentação. Os empregos que se perdem de um lado, ganham-se de outro. Estaríamos, acrescento eu, diante de mais um dos momentos de “destruição criativa”, como diria Schumpeter, e de transformações em um sistema produtivo que desde seu nascimento outra coisa não faz do que destruir e criar novas oportunidades.

Por certa que seja a ponderação do assessor da Casa Branca, ou que haja quem se beneficie nos países ricos com o deslocamento dos empregos para países menos ricos, nada disso minora as consequências ruins desse processo sobre os milhões que perdem empregos. A lógica do longo prazo encontra no dito de Keynes seu limite: a longo prazo estaremos mortos.

O cuidado para evitar abordagens demagógicas não requer reencarnações e deve estar sempre presente nas decisões dos responsáveis pelo futuro de uma nação. Neste aspecto, a questão do emprego será cada vez mais central e requer objetividade nas decisões que afetam o longo prazo, mesmo que ele ocorra quando já estivermos mortos. Não há fórmulas mágicas para resolvê-la, principalmente diante do fenômeno relativamente novo, de crescimento econômico sem criação proporcional de empregos e mesmo com perdas de postos de trabalho.

Digo isso porque é inevitável reconhecer que a globalização continuará a selecionar quais são os centros dinâmicos do mundo, segundo a lógica da redução dos custos e do aumento de lucros das empresas transnacionais. E esse processo será cada vez mais intenso, de acordo com o fluxo das inovações tecnológicas. Nesse panorama, o comércio mundial continuará a ganhar preeminência na definição das oportunidades futuras dos países, inclusive para expandir empregos.

A globalização levou as grandes corporações internacionais a instalar suas plataformas produtivas de olho no custo e na competência da mão de obra, por um lado e, por outro, na acessibilidade aos mercados interno e externos. Até agora, um país como o Brasil

pode beneficiar-se de certa capacitação tecnológica e custo baixo de mão de obra e de outros fatores produtivos. Mas se beneficiou também do tamanho potencial do seu mercado e das perspectivas de integrá-lo a mercados mais amplos. A permanência dessas vantagens dependerá da continuidade, aperfeiçoamento e expansão de políticas educacionais e tecnológicas e da confirmação das expectativas em relação à expansão e integração do mercado brasileiro.

Nas atuais condições econômicas a escala de produção é crescente. No caso do Brasil a geração e atração de investimentos exigirão, além do aumento da renda e de sua melhor distribuição, uma visão clara do papel do comércio exterior. O aumento das exportações passa por mais e não por menos integração. Ou seja, para exportar mais, precisamos importar mais também. Isso vale para os produtos agropecuários, em que temos vantagens excepcionais, e mais ainda para os produtos manufaturados. O mundo globalizado não deixa mais espaços para desenvolvimentos nacionais autárquicos.

Deste ângulo preocupa-me a decisão de uma Alca ao gosto do freguês, quando cada país aproveitará dela o que melhor convier. Não é difícil prever que a ansiedade para obter um lugar ao sol na economia mundial será um incentivo para acordos bilaterais entre cada um dos nossos vizinhos latino-americanos e os EEUU. Nossas exportações industriais se destinam basicamente à região hemisférica. Não teremos vantagem alguma em competir com a produção americana, beneficiada por preferências a serem concedidas nos acordos bilaterais. Estes poderão dar aos produtos norte-americanos vantagens iguais às que temos hoje em diversos países latino-americanos, sem enfrentar competidor de monta.

Por isso, insisti, enquanto pude, que melhor seria seguirmos o que foi pré-acordado em Belo Horizonte, em maio de 1997, quando decidimos que o tratado hemisférico seguiria o critério do *single understanding*, isto é, só seria assinado quando todas as questões estivessem resolvidas e tivessem sido aceitas por todos os países. Isso nos levaria a negociar duro, mas negociar, no espírito do que disse Marcos Sawaya Jank em artigo da semana passada n'*O Estado de S.Paulo*. Temo que agora tenhamos ficado a pé, vendo um boeing voar. E, o que é pior, cantando loas sobre vitórias que não existem.